

O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) NO BRASIL E O PARTIDO SOCIALISTA (PSCH) NO CHILE: A NOVA FACE DA SOCIAL-DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Introdução

Quando escreveu o seu livro *Utopia Desarmada*, em 1993¹, o cientista político mexicano Jorge Castañeda descreveu um cenário desolador para a esquerda latino-americana. Com o desfecho da Guerra Fria resultando numa inegável vitória dos Estados Unidos, argumentava Castañeda, este país consolidava sua hegemonia na América Latina, com a expansão praticamente universal (com exceção de Cuba) de democracias liberal-representativas, economias de mercado e governos neoliberais. Naquela conjuntura política, os governos de Carlos Menen na Argentina, de Fernando Collor no Brasil e de Alberto Fujimori no Peru eram as expressões máximas desta consolidação do modelo político norte-americano no continente.

Neste cenário, as esquerdas latino-americanas não só careciam de peso e relevância política, como se defrontavam com uma crise ideológica das mais profundas da sua história, com o ocaso do “socialismo real” conduzindo a uma situação de desnorteamento e perda de referências. Mas o próprio Castañeda reconhecia que a crise econômica e social que a região enfrentava desde o início dos anos 1980 era um cenário propício para o desenvolvimento das aspirações de poder que alimentavam a esquerda latino-americana (Castañeda, 1994). Passada mais de uma década desde que Castañeda escreveu este livro, a mudança na composição de forças políticas da América Latina aparece como uma resposta ao agravamento deste cenário de crise já anunciado pelo cientista político mexicano.

A expansão da democracia não impediu a América Latina de viver, nos anos 1990, uma das crises econômicas e sociais mais duras da sua história, crise esta que entendemos como um produto das políticas neoliberais que foram aplicadas no sub-continente nas últimas décadas (Sader, 2003). Em informe do

¹ O livro *Utopia Desarmada*, de Jorge Castañeda, foi publicado no Brasil em primeira edição no ano de 1994.

PNUD sobre a situação da democracia na América Latina, concluiu-se que os avanços na democratização política, experimentados nos países da região durante as duas últimas décadas, não foram acompanhados por avanços nos campos dos direitos sociais e econômicos dos cidadãos. Viveríamos em uma “democracia de eleitores”, tendo como desafio a construção de uma “democracia de cidadãos” (PNUD, 2004).

No início do século XXI, algumas das principais democracias latino-americanas são governadas por políticos de esquerda e de centro-esquerda, dos mais diversos matizes ideológicos: Néstor Kirchner na Argentina; Hugo Chávez na Venezuela; Evo Morales na Bolívia; Tabaré Vázquez no Uruguai; Michelle Bachelet no Chile, do Partido Socialista, com a coalizão de centro-esquerda “*Concertación por la Democracia*” e, no Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, numa ampla aliança de partidos, que parte da esquerda (PT-PSB-PCdoB) e chega à centro-direita (parcelas do PMDB-PL-PTB-PP). Há, ainda, o governo de Fidel Castro, que se mantém no poder em Cuba há quase cinco décadas.

Em comum, estes diversos governos de esquerda – salvo Cuba – têm, principalmente, a sua ascensão ao poder pelos marcos democrático-liberais. Ou seja, a disseminação da democracia na América Latina do pós-Guerra Fria, combinada com a crise econômico-social que tem sua origem no projeto neoliberal que se fez hegemônico na região nos anos 1990, mostrou-se um cenário profícuo para a eleição de governos de esquerda. Destaque-se, ainda, que os movimentos sociais – cuja ascensão foi evidente após a retomada do ambiente democrático – estão na origem política dos presidentes de dois países da região, Lula e Evo Morales.

Pensando em termos de estilo político e de postura ideológica, entretanto, o que parece ser uma “grande família esquerdista latino-americana” – como, muitas vezes, querem fazer parecer os líderes políticos envolvidos – mostra-se um bloco bi-polarizado. De um lado, temos um grupo – formado por Hugo Chávez, Fidel Castro e Evo Morales – que se mostra mais identificado com a tradicional esquerda *nacional-populista* latino-americana. Este primeiro grupo teria como características um forte componente personalista², combinando um discurso econômico nacionalista-estatizante com uma postura de política externa anti-EUA, além de uma rejeição aos mecanismos do livre mercado. Se este grupo parece estar ainda sintonizado com um clima de “Guerra Fria”, seus demais parceiros de esquerda têm uma postura ideológica muito mais flexível e tendente ao centro político, contrapondo à antiga ideologia nacionalista uma busca de maior integração no novo cenário da “globalização econômica”. Assim, este

² O traço personalista desta esquerda nacional-populista pode ser bem expresso na recente sugestão do presidente Hugo Chávez de que pode reformar a Constituição venezuelana, de modo que lhe seja permitido permanecer no poder até 2031.

segundo grupo – formado por Lula, Néstor Kirchner, Michelle Bachelet e Tabaré Vázquez – pode ser visto como uma *esquerda pragmática* que, se busca regular o funcionamento dos mercados, mostra-se pouco disposta a contrariar as suas regras, incorporando, ainda, o livre mercado nas suas estratégias de desenvolvimento.

Não é nova, entretanto, a heterogeneidade da esquerda latino-americana. Falando do século XX, o já citado Jorge Castañeda classifica da seguinte forma as mais expressivas correntes da esquerda no continente: a) a esquerda nacionalista e populista; b) os comunistas; c) os guerrilheiros revolucionários dos anos 1960 e 1970, divergentes do tradicional modelo de organização e de tática política dos comunistas; d) a esquerda de inspiração social-democrata, em geral mais recente, apegada às regras da democracia liberal-representativa (Castañeda, 1994). Outras correntes de menor expressão política e social ainda poderiam ser citadas, como os trotskistas, ou a “nova esquerda” ecológica e feminista surgida nos anos 1980, que poderia ser aqui identificada pelos partidos verdes, ou pelo Partido Humanista chileno³.

Teodoro Petkoff, economista e candidato às eleições deste ano para a presidência da Venezuela, opositor de Hugo Chávez, foi muito mais duro na conceituação destas duas esquerdas latino-americanas contemporâneas, em artigo recentemente publicado na revista *Nueva Sociedad*⁴. Originário do PC e do MAS (*Movimiento al Socialismo*) venezuelanos, Petkoff distingue uma “esquerda conservadora ou religiosa” (que acima chamamos de “nacional-populista”) da “esquerda moderna e democrática”, representada por Lula, Bachelet, Vázquez e Kirchner (Petkoff, 2005). Com a mesma contundência, o chileno Fernando Mires fala em “esquerda arcaica ou anti-política” e em “esquerda moderna e política”, respectivamente (Mires, 2006).

Neste artigo, queremos tratar das trajetórias recentes de dois partidos que podem ser vistos como representantes da social-democracia latino americana, o Partido Socialista do Chile (PSCh) e o brasileiro Partido dos Trabalhadores (PT). Ambos estão nos governos dos seus países, com atuações que podem identificar-se com a nossa definição de “esquerda pragmática”. Apesar das singularidades das suas trajetórias políticas, conferidas inclusive pelas próprias diferenças entre os sistemas políticos do Brasil e do Chile, há uma evidente semelhança entre a posição ideológica atual destes dois partidos políticos. É sobre isto que falaremos agora.

³ O Partido Humanista divide com o Partido Comunista a hegemonia da esquerda extraparlamentar no Chile contemporâneo. Nas eleições presidenciais de 2005, estes partidos se coligaram para lançar a candidatura do humanista Tomás Hirsch.

⁴ Publicada na Argentina pela Fundação Friedrich Ebert, ligada ao Partido Social Democrata alemão.

Socialismo ou social-democracia? O PT e o PS chileno

O Partido dos Trabalhadores e o Partido Socialista do Chile são dois exemplos de como partidos políticos com um bom grau de institucionalização interna podem fazer alterações na sua linha ideológica originária sem, com isto, perderem a sua identificação com uma parcela do eleitorado ou desaparecerem do cenário político (Huntington, 1975). Afinal, se é verdade que o PT e o PSCh continuam reivindicando-se partidos socialistas, também é certo que eles estão em muito distanciados do discurso marxista-revolucionário que lhes marcou num passado próximo. Em contraponto a este passado, as feições ideológicas atuais do PSCh e do PT lhes permitem ser classificados como exemplares da social-democracia na América Latina, pela sua “fidelidade radical aos mecanismos eleitorais (...), compromisso com o processo democrático, com o respeito aos direitos humanos e com a liberdade de expressão e de associação”, além da sua “preocupação com a ‘questão social’”, projetando a redução das desigualdades sociais (Castañeda, 1994, p. 120-121).

Também é notória a mudança nas suas táticas de chegada ao poder; ambos os partidos não só rejeitam opções revolucionárias, violentas e/ou anti-institucionais, abraçando por completo a institucionalidade democrática, como adotam uma política de alianças eleitorais com partidos situados ao centro da política dos seus países, afastando-se, assim, dos seus antigos aliados na extrema-esquerda⁵. Para chegarem ao poder, o PT e o PSCh apoiaram-se em uma ampla coalizão política com partidos de centro e de esquerda, e não só passaram a aceitar as regras do mercado, como também se mostram simpáticos a políticas macro-econômicas ortodoxas – similares às políticas praticadas pelos governos neoliberais que lhes antecederam. A sua ortodoxia econômica é combinada com uma destinação de amplos recursos públicos para políticas sociais, em geral, focalizadas nos setores mais pobres das suas sociedades, seguindo as recomendações do Banco Mundial. Destaque-se os programas “Bolsa Família”, no Brasil, e “Chile Solidário”.

O Partido Socialista que ascendeu ao comando do Chile em 2000 é muito diferente daquele partido que foi derrubado do poder junto com o presidente

⁵ Com a redemocratização do Chile no final da década de 1980, o Partido Socialista pôs fim à sua tradicional aliança com o Partido Comunista, que marcou a esquerda e o sistema de partidos chilenos no pré-golpe militar. Também no Brasil, o PT não mais reproduz – em nenhuma esfera da federação – alianças com o PSTU, que apoiou a candidatura de Lula em 1994 e também no segundo turno das eleições de 2002. O PT também observou o recente afastamento de uma parte das suas frações de esquerda, que se abrigaram sob a nova legenda do PSOL. Outro partido de extrema-esquerda que se afastou do PT foi o PCB, que apoiou a eleição de Lula em 2002, chegando a fazer parte do conselho político do governo federal, em 2003.

Salvador Allende, em 1973. Nada mais resta da “via chilena para o socialismo” proposta por Allende, com sua estratégia de nacionalização de empresas multinacionais, nem também da orientação marxista que subsidiava o socialismo allendista. Como vimos, os socialistas chilenos de hoje também não reproduzem a aliança com os comunistas e outros segmentos mais à esquerda que caracterizaram a *Unidad Popular* allendista, preferindo alianças políticas mais ao centro. A feição atual do Partido Socialista do Chile é muito mais moderada e centrista do que fora outrora, e esta transmutação se deu no contexto da participação dos socialistas no processo de transição para a democracia, após a ditadura de Pinochet, e ainda com a aproximação de socialistas chilenos, durante seu exílio, com os social-democratas europeus. A ruptura com o passado allendista foi sutilmente expressa por Lagos no seu discurso de posse na presidência do Chile, afirmando que “*no vengo a esta casa a administrar las nostalgias del pasado, ni a mirar [hacia] atrás*” (citado em Navia, 2006).

Ainda em princípios dos anos 1980, os socialistas chilenos passaram a desenvolver ações de oposição à ditadura Pinochet em conjunto com seus antigos adversários centristas da Democracia Cristã (DC). A própria DC, que esteve junto à direita chilena na oposição a Allende e, a princípio, mostrou-se simpática ao golpe militar, também sofreu um processo de transformação durante a ditadura de Pinochet, passando, já no final dos anos 1970, a opor-se ao regime e a flexibilizar sua rejeição às alianças com a esquerda, marcante no período pré-golpe militar. A DC sempre se mostrou contrária, entretanto, a alianças com o PC (Garretón, 1989). A aproximação com o centro se consolidou quando os socialistas fizeram a escolha de participar do processo de “transição tutelada” a um regime civil, aberta pelo próprio regime militar chileno. Afastavam-se aí de forças mais à esquerda da política chilena como os comunistas e o MIR⁶ que, a princípio, recusaram-se a participar da transição para não legitimar a institucionalidade da ditadura, optando por estratégias armadas de resistência.

Aproveitando a regra da Constituição de 1980 que previa a possibilidade de realização de um plebiscito em 1988 para julgar a continuidade do governo Pinochet, socialistas, democratas cristãos, radicais e outras forças opositoristas uniram-se na “*Concertación por el NO*” a Pinochet. Vencendo o “NO” no plebiscito, foram convocadas eleições presidenciais em 1989. Nestas eleições, os socialistas chilenos fizeram sua opção definitiva pelo centro, postando-se junto aos democratas cristãos e aos radicais na aliança chamada “*Concertación por la Democracia*”⁷, apoiando a candidatura presidencial do democrata-cristão Patricio

⁶ MIR – Movimento da Esquerda Revolucionária.

⁷ “*Concertación por la Democracia*”: aliança formada pelos Partido Demócrata Cristão, Partido Socialista do Chile, Partido Radical Social Democrata e Partido pela Democracia. Além de Patricio Aylwin, foram eleitos presidentes do Chile pela *Concertación*, o democrata cristão Eduardo Frei, em 1993, o socialista Ricardo Lagos, em 1999, e a atual presidente, a socialista Michelle Bachelet.

Aylwin. A dimensão desta opção está na decisão dos socialistas de não lançarem a candidatura à presidência daquele que já era, àquele momento, a sua maior liderança, o economista Ricardo Lagos. Lagos declinou de concorrer em favor da unidade dos socialistas com a Democracia Cristã – a maior e mais organizada força de oposição de então.

Patricio Aylwin foi eleito e, desde então, a “*Concertación por la Democracia*” governa o Chile, com um programa que reconhece e que se propõe a manter os “avanços” promovidos pela ditadura militar no campo da modernização da economia, ao mesmo tempo em que aplica programas sociais (Garretón, 1989; Valenzuela, 1995 e Labra, 1990). Na avaliação de Gonzalo Martner, ex-presidente do PSCh, quando da redemocratização, os socialistas chilenos optaram

...por constituir una coalición amplia que fortaleciera nuestra democracia y que tomara las lecciones del 73, porque constatamos que [durante o governo Allende] no fuimos capaces de entendernos con el centro político y dimos curso a una dictadura. Obviamente, que cuando nosotros tomamos esta opción, tomamos una opción de moderación. Eso es lo que le ha dado a Chile la estabilidad (Martner, 2004).

O PSCh continua a fazer uma defesa explícita do socialismo em todos os seus documentos mais recentes. Na resolução da sua “Conferência Nacional de Organização” de 2002, o PSCh caracterizava-se como “*un partido popular y de izquierda, autónomo, democrático y revolucionario, en tanto persigue un cambio social profundo. El socialismo es la respuesta al neoliberalismo y al capitalismo globalizado*” (PSCh, 2002). Esta caracterização, à primeira vista, parece contrastar com as posições do ex-presidente socialista Ricardo Lagos sobre economia. Segundo Lagos, o governo de Allende foi marcado por alguns erros, como o fechamento da economia chilena ao exterior, o que diminuiu sua competitividade, dificultou o acesso da população a alguns bens de consumo e levou o país à inflação. Reconhecendo que o mundo mudou e que não é mais possível aplicar políticas originárias dos anos 1960 e 1970, Lagos relega o *keynesianismo* à História, e avalia o legado de Pinochet como “*important in terms of making the necessary changes in the economic policy in Chile to open the economy. (...) [Após o regime militar] Chile was able to be prepared for a world that is going to be much more open*”. Os novos governos democráticos chilenos, de acordo com o juízo de Lagos, acertaram em, partindo da modernização implementada por Pinochet, procurar conferir uma “face mais humanitária” à política econômica liberalizante, expressa no aumento dos gastos públicos nas áreas sociais, com sensível impacto na redução da pobreza do país.

A disciplina fiscal e a estabilidade macroeconômica, para Lagos, são prioritárias com relação às políticas de crescimento econômico e de redistribuição de riquezas: “*it’s extremely dangerous to have a general who likes to have a coup, but*

probably it's more dangerous to have a finance minister that is a populist". A sua ordem de prioridades é expressa da seguinte forma: *"the first question is to have order in your own economic and fiscal policies; second, to have growth; and then after you have growth, then we are going to discuss how are we going to distribute the outcome of that growth, and not the other way around"* (Lagos, 2002).

Na "Conferência da Governança Progressista", em 2003, Ricardo Lagos avaliou que o "Consenso de Washington" está correto nas suas recomendações sobre as políticas fiscais, monetárias e de livre-comércio, tidas como fundamentais para o crescimento econômico. Afirmar, ainda, que o Consenso não esgota o assunto do desenvolvimento, pois relega uma prioridade em políticas públicas que garantam o acesso da maioria da população aos benefícios da estabilidade da economia (Lagos, 2003). São marcas do governo Lagos a maior abertura da economia chilena, expressa nos Tratados de Livre Comércio (TLCs) firmados com países como, por exemplo, os EUA. Esta adesão de Lagos à ortodoxia econômica, entretanto, encontra resistência de alguns setores mais à esquerda do PSCh, que chegam a falar no abandono do *"ideário socialista y allendista"* pelo partido (Ureta *et al.*, 2002), ou no esgotamento da *"variante del neoliberalismo concertacionista"* (Velásques *et al.*, 2002). Mas é clara a identidade do pensamento de Lagos com o que Laura Tavares Ribeiro Soares classificou como sendo o lema do FMI para a América Latina: "Combater a pobreza sem comprometer o processo de ajuste" (Soares, 2001, p. 58).

Tomando por referência o discurso e o governo liberalizantes de Ricardo Lagos, cabe perguntar: o Partido Socialista do Chile ainda pode ser visto como um partido socialista? A resposta nos é dada pelo próprio partido. Em documento de 2005, intitulado *"Vigencia y actualidad del socialismo en el siglo 21. Orientaciones programáticas para un nuevo ciclo político"* (PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE, 2005), que serviu de base para a elaboração do programa de governo da então candidata à presidência do Chile Michelle Bachelet, o Partido Socialista do Chile expressou sua visão atual de socialismo, que guarda plena coerência com as afirmações de Ricardo Lagos.

Segundo este documento, a tarefa do socialismo no século XXI é de *"hacer avanzar simultáneamente la causa de la libertad y la igualdad en un mundo ampliamente globalizado"*, e para isto precisa constituir-se como *"una alternativa de progreso frente a las desigualdades e injusticias del capitalismo contemporáneo"*. Para isto, o socialismo precisa reafirmar a sua identidade com as bandeiras libertárias expressas na Revolução Francesa e na cidadania democrática representada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. O fato de não haver nenhuma referência positiva às revoluções socialistas do século XX – além da condenação das suas características autocráticas e burocráticas –, aliado a estas referências históricas acima citadas, mostra que o PSCh está definitivamente rompido com o tradicional socialismo revolucionário de base classista, que marcou o período

de Allende, e nutre agora uma forte identidade com a experiência do Estado do Bem-Estar Social construído pela social-democracia europeia.

A autocaracterização como um partido de tipo social-democrata está evidente na visão do PSCh de renovação do socialismo: “*Renovar el socialismo há significado, antes que nada, entender que la democracia es simultáneamente el Norte y el limite de nuestra actuación*”. Tal renovação implicaria, ainda, aceitar “*la democracia, la economía de mercado y la globalización*” como imperativos contemporâneos, contra os quais não cabe um confronto direto, mas apenas um esforço de correção nos seus rumos. A tarefa do socialismo do século XXI, então, seria de “democratizar a democracia”, visando maior participação popular e igualdade de direitos, “regulação dos mercados” e a dotação da globalização de “regras justas e eficientes”, entre outras coisas, reformando os organismos internacionais. Como veremos adiante, este tripé é também a base da proposta de renovação da social-democracia conhecida como “Terceira Via”, cujo maior teórico é o sociólogo inglês Anthony Giddens.

Quanto à sua visão de desenvolvimento econômico, mais uma vez o PSCh mostra plena identificação com o pensamento de Ricardo Lagos. O louvor aos benefícios da abertura da economia e do livre mercado, praticados a partir da ditadura de Pinochet, e a condenação do antigo modelo de “desenvolvimento para dentro”, característico do governo Allende, dão a tônica do documento. Os TLCs, particularmente aquele que foi firmado com os EUA, são elogiados na medida em que conferem aos chilenos uma “*mayor libertad en (...) política internacional al disminuir la capacidad de los Estados Unidos de adoptar medidas comerciales unilaterales y discriminatorias*”. Os TLCs, portanto, são vistos como parte essencial de um programa socialista de desenvolvimento sustentável, que projeta para o futuro do Chile a condição de um exportador mais dinâmico e mais moderno de produtos minerais, agroindustriais e de vinhos.

Por fim, destacamos neste documento a clara preocupação em negar as críticas de que a política econômica dos governos da *Concertación* segue uma orientação neoliberal:

La Concertación mantuvo algunas de las principales reformas como la apertura, el rigor macroeconómico, la especialización del Estado, simplemente porque eran reformas que eran necesarias y que había que emprender. El que estas hallan sido puestas en practica durante el gobierno militar, es un hecho de la historia.

A particularidade da *Concertación* em termos de política econômica, segundo o PSCh, seria justamente o de incorporar a agenda dos gastos sociais, conjugando, assim, “*la responsabilidad social com la responsabilidad fiscal*”. O socialismo proposto pelo PSCh, então, trata-se de um socialismo de novo tipo, sintonizado com a economia de mercado livre que caracteriza o capitalismo global, mas indignado

com as injustiças sociais que o mercado desregulado acarreta; um socialismo definitivamente comprometido com a democracia, e que entende que uma governança estável passa por uma política de alianças que, partindo da esquerda, incorpore o centro da esfera política nacional. Também vamos encontrar um ambiente político compatível com esta definição no Brasil, com o Partido dos Trabalhadores.

Para chegar ao poder no Brasil, o PT, assim como o PSCh, operou sérias mudanças no seu ideário original, aproximando-se, progressivamente, do centro da política brasileira. Estas mudanças do PT, entretanto, se deram de forma mais tardia do que no PSCh. Ao contrário dos socialistas chilenos, o PT decidiu não participar do processo de transição à democracia, nos anos 1980. Assim, o PT recusou-se a tomar parte do Colégio Eleitoral que elegeu o primeiro presidente civil após a ditadura militar, em 1985; orientou a sua bancada na Assembléia Constituinte a não assinar a Constituição Federal de 1988 e, nas eleições presidenciais de 1989, recusou o apoio que o líder do PMDB, Ulisses Guimarães, quis emprestar a Lula, então candidato petista à Presidência da República, no segundo turno das eleições – fato tido como determinante para a vitória de Fernando Collor naquelas eleições.

Este PT dos anos 1980 tratava-se claramente de um “partido anti-sistema”, de acordo com a definição de Sartori (1982). Ou seja, a decisão do PT de participar da institucionalidade eleitoral que se formou a partir de 1979, com o início do processo de abertura e a reforma dos sistemas partidário e eleitoral brasileiros, não significava que ele concordasse com as regras e com a manutenção desta institucionalidade. Em sentido contrário, o PT de então pretendia fazer da sua participação eleitoral um instrumento para a destruição do sistema político no qual ele se encontrava inserido.

Nas resoluções do seu VI Encontro Nacional, realizado em junho de 1989 e preparatório para as eleições daquele ano, o PT apresentava-se como uma alternativa para “a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo” (Partido dos Trabalhadores, 1999, p. 372). Está claro que não são estes os princípios que orientam o atual governo do PT no Brasil.

A mudança no PT rumo ao centro da política foi progressivamente operada no decorrer dos anos 1990. Naquela década, o PT ampliou em muito a sua participação na política institucional brasileira, elegendo diversos prefeitos, seus primeiros governadores e constituindo bancadas parlamentares expressivas nos diferentes níveis da federação. O crescimento do PT se deu de forma progressiva neste período e, a cada eleição, o partido ampliava sua participação institucional. A experiência legislativa e, sobretudo, o exercício de cargos executivos levaram

o PT a flexibilizar sua posição originalmente mais esquerdista, e a fazer acordos políticos cada vez mais amplos, incorporando partidos de centro, anteriormente rejeitados, no seu espectro de alianças. Podemos compreender, portanto, que o processo de “socialização política” experimentado pelo PT nos anos 1990, para usar um termo de Robert Putnam (2005), foi fundamental para a inflexão da ideologia partidária.

Em 1995, foi eleito presidente nacional do PT José Dirceu, liderança da corrente partidária denominada “Articulação Unidade na Luta”, de orientação social-democrata, da qual também fazem parte alguns dos principais ministros do governo Lula, como Luís Dulci, Antônio Palloci, Luís Gushiken, Jacques Wagner e Humberto Costa, além do próprio Presidente da República. Junto com outras correntes e lideranças partidárias de orientação social-democrata, a “Articulação Unidade na Luta” formou o chamado “Campo Majoritário”, coalizão de facções petistas que, entre 1995 e 2005, hegemonizou sozinho o Diretório e a Executiva Nacionais do PT, tendo sido o principal responsável pela aproximação do PT com o centro da política brasileira. Há de se ressaltar que os principais representantes do Campo Majoritário na Executiva Nacional do PT – como José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira – estiveram no epicentro da crise política que atingiu o partido em 2005. Esta crise teve origem na arrecadação ilegal de recursos para serem gastos pelo PT e por alguns dos seus partidos aliados – PP, PL e PTB, todos de centro-direita – nas eleições municipais de 2004.

Nas eleições de 2002, a quarta em que Lula disputava a Presidência, e a primeira em que foi eleito, o PT apresentou-se ao eleitorado com mudanças significativas, seja no seu programa, na sua política de alianças, como também na sua forma de fazer campanha, dando especial atenção ao *marketing* político, o que aumentou em muito os gastos do partido na campanha presidencial. No que se refere à política de alianças, a grande novidade foi a aliança do PT com o Partido Liberal (PL), partido conservador que indicou o vice-presidente da chapa de Lula, o mega-empresário do ramo têxtil José Alencar. A própria indicação de Alencar indica as transformações ideológicas operadas no PT, que definitivamente substituiu qualquer referência à retórica marxista de “luta de classes” por uma nova postura de orientação contratualista. O PT saiu do seu XII Encontro, realizado no final de 2001, pregando a necessidade de “reconstrução do contrato social brasileiro”, de maneira tal que incorporasse os trabalhadores, as classes médias e o capital produtivo num pacto pela retomada do desenvolvimento nacional socialmente justo, superando o modelo neoliberal, identificado pela hegemonia do capital financeiro.

Esta orientação está presente no programa de governo apresentado pelo PT e pelos partidos a ele coligados de 2002, que propôs um modelo de desenvolvimento baseado no fortalecimento das exportações (destacando o papel

do agronegócio) e no crescimento do mercado interno, como forma de reduzir a vulnerabilidade externa do país. Este novo modelo de desenvolvimento seria amparado por medidas tais como: política externa ativa, revigorando o MERCOSUL com vistas à integração da América Latina, rejeitando o projeto da ALCA se fossem mantidas medidas extra-alfandegárias por parte dos EUA, desenvolvimento da economia solidária, da reforma agrária e do incentivo à agricultura familiar, substituição competitiva das importações e investimentos em infra-estrutura. Acrescente-se a isso o compromisso com investimentos sociais em educação e saúde públicas e em programas de renda mínima, além da necessidade de se complementar as metas de inflação com “metas sociais” de crescimento e de emprego.

Avaliando o governo FHC, este programa criticava a estratégia adotada de controle da relação dívida pública/PIB via produção de altos superávits primários, que “exige um esforço enorme de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do poder público (...) [e] acaba tendo um efeito limitador da atividade econômica e das exportações”. Ao contrário, o programa de governo do PT defendia que a “volta do crescimento é o remédio para impedir que se estabeleça um círculo vicioso entre juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB” (Partido dos Trabalhadores *et al.*, 2002, p. 10). Para o economista João Machado Borges Neto⁸, este programa traz uma orientação “social-desenvolvimentista”, de ruptura com o neoliberalismo, totalmente situada na tradição do PT (Paula, 2003). Entretanto, já na “Carta ao Povo Brasileiro”, de junho de 2002, o então candidato Lula, numa iniciativa de tranquilizar o “mercado” quanto à hipótese da sua vitória, mostrava sua disposição de “preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (Lula da Silva, 2002).

Uma vez no governo, entretanto, o PT caracterizou-se por uma orientação de política macro-econômica excessivamente ortodoxa, na contramão do programa apresentado nas eleições, mantendo e aprofundando instrumentos utilizados pelo governo anterior. Em fevereiro de 2003, por ocasião da primeira revisão do acordo do Brasil com o FMI firmado em dezembro de 2002, o ministro da Fazenda, Antônio Palloci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmavam o compromisso do governo Lula “de gerar, no médio prazo, superávits primários suficientes para garantir o gradual declínio da relação dívida/PIB”, lembrando ainda que, “depois de analisar as perspectivas de sustentabilidade da dívida pública, o governo resolveu reforçar a política fiscal,

⁸ Antigo dirigente da corrente petista Democracia Socialista, de orientação trotskista, João Machado Borges Neto rompeu com o PT no final de 2003, sendo atualmente militante do PSOL.

propondo-se a alcançar um superávit primário de 4,25% do PIB em 2003, ou seja 0,5 ponto percentual do PIB acima da meta anterior” (Palloci & Meirelles, 2003). Na prática, entretanto, os superávits primários produzidos foram ainda maiores: “O superávit primário do setor público fechou 2005 em 4,84% do Produto Interno Bruto (PIB), alcançando R\$ 93,5 bilhões. (...) Em 2004, o superávit foi de R\$ 81,1 bilhões, o equivalente a 4,59% do PIB” (Duarte, 2006).

Foram mantidas ainda metas de inflação rigorosas, que exigem o estabelecimento de altas taxas de juros, contrariando o diagnóstico econômico feito pelo PT no seu programa de governo. Esta política é contestada por diversos segmentos do PT, desde as suas correntes mais à esquerda, até lideranças como José Dirceu, crítico habitual das altas taxas de juros e do baixo índice de investimento público na economia (BREVE, 2004). Mais recentemente, o novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, proferiu comentários semelhantes, prometendo mudanças:

A escolha das autoridades monetárias brasileiras foi derrubar a inflação mais rapidamente e olhar para o centro da meta [de inflação], sem usar a margem de flexibilização. A tendência agora é uma política monetária menos rígida. Tudo isso tem que nos conduzir a uma política mais flexível. O esforço foi feito para isso. Nós pagamos o preço. Poderíamos ter tido um crescimento maior. Mas, hoje, a inflação está baixa. Isto qualifica para a taxa de juros cair (Mantega, 2006).

Esta avaliação do ministro Mantega está situada em um contexto onde o crescimento do PIB brasileiro foi de modestos 2,3% em 2005, segundo dados do IBGE, abaixo do crescimento de 4,3% estimado pela CEPAL para o PIB da América Latina e do Caribe no mesmo ano. Observando-se os dados da CEPAL, verifica-se que a taxa de crescimento do PIB brasileiro puxou para baixo a média do crescimento do PIB latino-americano e caribenho em 2005⁹.

Junto a esta política econômica restritiva do crescimento, o governo do PT desenvolve um amplo programa de transferência de renda – o “Bolsa-Família” –, focalizado na camada mais pobre da população brasileira, que tem demandado significativos e crescentes recursos públicos. Segundo dados do Governo Federal, os recursos destinados ao Bolsa Família foram da ordem de R\$ 3,4 bilhões em 2003, R\$ 5,3 bilhões em 2004 e R\$ 6,5 bilhões em 2005 (Governo Federal do Brasil, 2005). Sem desprezar a importância do Bolsa Família, avaliamos que, no caso brasileiro, portanto, a síntese da política do FMI feita por Laura Tavares Soares também pode ser observada: a ortodoxia observada na condução da política macro-econômica, que restringe o crescimento da economia e uma conseqüente geração de empregos e de oportunidades, é compensada com gastos

⁹ CEPAL - Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe - 2005.

sociais focalizados nas parcelas mais pobres da população, reduzindo, assim, o impacto negativo da miséria.

Nos dois documentos apresentados como projetos de resolução ao seu XIII Encontro Nacional, realizado entre os dias 28 e 30 de abril de 2006¹⁰, o PT reafirmou sua vocação de partido socialista, que objetiva construir uma alternativa “anticapitalista” à hegemonia neoliberal, dentro do seu objetivo estratégico de construção de “um país democrático, popular e socialista” (Partido dos Trabalhadores, 2006a). Não aparecem maiores discussões sobre o socialismo petista, aparecendo sim um indicativo de atualização do programa partidário no 3º Congresso Nacional do PT, marcado para 2007. O que pode ser visto é uma crítica frontal à condução da política monetária, na mesma linha da avaliação de Guido Mantega, responsabilizando-se, principalmente, o Banco Central, cujo conservadorismo excessivo e “autonomia operacional” prática para a aplicação das metas de inflação tiveram efeito decisivo para o baixo desempenho da economia brasileira, durante o governo Lula.

Segundo o documento apresentado pelo PT,

...o ajuste da economia, ao exigir a limitação do gasto público e o contingenciamento da execução orçamentária para elevar o superávit primário, impôs limites aos investimentos, às políticas de redução da pobreza e de redistribuição de renda. Isso não impediu, no entanto, avanços importantes no plano social.

Entretanto,

...se a inflação foi controlada, se foi reduzida a relação dívida pública/PIB, se o crédito consignado permitiu acesso ao crédito com taxas diferenciadas, o crescimento da economia brasileira ficou aquém do crescimento médio das economias mundial, latino-americana e dos países emergentes (Partido dos Trabalhadores, 2006b).

O grande desafio que o PT enxerga para um eventual segundo mandato do governo Lula, portanto, é o de romper com o paradigma neoliberal, já que este primeiro mandato iniciou apenas um processo de transição a um novo paradigma de desenvolvimento.

¹⁰ Estes dois documentos tinham os seguintes títulos: “Projeto de resolução conjuntura, tática e política de alianças” e “Diretrizes para a elaboração do programa de governo do Partido dos Trabalhadores - Eleição presidencial de 2006”. Para sua redação, foi formada uma comissão especial de membros da Executiva Nacional, composta pelos dirigentes partidários Marco Aurélio Garcia, Valter Pomar e Maria do Rosário. Até o momento em que escrevo este artigo, não foi apresentada pelo PT a versão definitiva das resoluções deste seu Encontro.

Este novo paradigma, ainda segundo o documento do XIII Encontro Nacional do PT, deve se referenciar pelos seguintes parâmetros:

A melhor forma de reduzir a relação dívida/PIB é expandir o Produto Interno Bruto. O combate à inflação é fundamental. Pode ser feito através de um sistema de metas adequado aos imperativos do desenvolvimento, assim como pelos instrumentos postos à disposição do Estado e da sociedade democrática para estimular e regular a oferta de bens e serviços. O Banco Central, cuja ação tem um impacto decisivo sobre o conjunto do desempenho econômico-social do país, tem de adequar sua agenda ao conjunto dos interesses da sociedade. Além de ser o guardião da moeda, deve igualmente preocupar-se com o crescimento, o emprego e o bem estar social, como ocorre em outros países do mundo. Necessita, assim, estar sintonizado com os grandes problemas nacionais. Será necessário acelerar o esforço atual de reduzir os juros, para permitir ao país uma expansão mais pronunciada. Uma maior redução da Taxa Selic é essencial para lograr-se um câmbio mais compatível com as políticas de desenvolvimento e exportação necessárias ao país (Idem).

Ora, o que vemos aqui é o PT retomando aqueles princípios que já havia apresentado no seu XII Encontro Nacional, de 2001. Se estes fundamentos de política macro-econômica, anunciados e reafirmados pelo PT, são seriamente distintos dos praticados pelo governo Lula, convém questionar se a contradição entre governo e partido é definitiva ou, como anuncia o ministro Mantega, a condução da política econômica do governo Lula vai de fato experimentar uma transformação que corresponda ao pensamento oficial do partido, expresso nos seus Encontros Nacionais.

Um último ponto delicado que caracterizou o governo Lula foi a sua relação com o Congresso Nacional. Nesta matéria, podemos afirmar que este governo manteve a prática usual de cooptação de parlamentares para partidos da sua base de apoio parlamentar¹¹, adotando medidas tais como nomeações em cargos públicos e liberação de emendas parlamentares ao orçamento, além do favorecimento do “troca-troca” de partidos no Congresso, também na contramão da tradicional bandeira petista da fidelidade partidária. Desta feita, estão na base aliada do governo Lula desde segmentos do PMDB, um partido que assumiu uma feição centro-direita após a redemocratização, como os conservadores PP, PTB e o já citado PL, marcados pela defesa do neoliberalismo nos anos 1990 (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000) e por uma postura de patronagem, clientelismo e patrimonialismo (Mainwaring, 2001). Na definição

¹¹ O PT, em geral, foi “preservado” quanto à filiação de políticos conservadores. Mesmo assim, filiaram-se ao PT, já no governo Lula, políticos de origem conservadora e clientelista, como Nárriman Zito, ex-prefeita de Magé (RJ), o ex-governador de Roraima, Flamarion Portela, cassado por corrupção, e a deputada federal Lúcia Braga (PB).

de Max Weber, são verdadeiros “partidos de patronato”, tendo como objetivo “exclusivamente a obtenção do poder para o líder ou a ocupação dos cargos administrativos por seus quadros” (Weber, 1999, p. 188). O PP, o PL e o PTB merecem destaque particular, por dois motivos: a) foram eles, junto com o PT, os principais protagonistas da crise política de 2005, originada no financiamento ilegal das campanhas eleitorais de 2004, quando trocaram o apoio ao governo federal no Congresso Nacional pelo compromisso do PT de conseguir – ilegalmente – recursos para suas campanhas; b) foram estes os partidos que fizeram a oposição mais sistemática ao projeto de reforma política apresentado pela Câmara dos Deputados no final de 2003. Entre outras coisas, este projeto previa a instituição de uma forma mais democrática e transparente de financiamento das campanhas eleitorais, o financiamento público.

A nosso ver, esta orientação política que combina ortodoxia econômica com políticas sociais focalizadas, amparadas por alianças ao centro, são um indicativo de que o PSCh e o PT, como partidos governistas, estão situados em um movimento mais amplo de renovação da social-democracia, conhecido por “Terceira Via”, lançado em meados dos anos 1990 por políticos “progressistas” do mundo desenvolvido, como o ex-presidente norte-americano Bill Clinton, o premiê britânico Tony Blair e o primeiro-ministro alemão Gerhard Schröder, dentre outros. Também conhecida como “governança progressista¹²”, este movimento tem como objetivo a “modernização” da social-democracia, visando adequá-la aos tempos da globalização. Na prática, os adeptos da “Terceira Via” assumiram como dogma o discurso do livre-mercado e da impotência do Estado-nacional frente aos imperativos do capitalismo globalizado, acreditando na impossibilidade de superação do capitalismo pelo socialismo, mas procurando preservar os “valores” da esquerda com um discurso de busca da “igualdade de oportunidades” dos cidadãos no mercado.

É de se lembrar que o PT e o PSCh mantêm relações entre si, através de organizações como a “Coordenação Socialista Latino-americana” (CSL) e a “Internacional Socialista” (IS)¹³. Apesar de o PT ainda não fazer parte da IS, vem participando de diversos dos seus encontros recentes, tendo até sido o partido-anfitrião do seu XXII Congresso, em 2003. Recentemente, foi criada a “Rede de Centros Progressistas”, em consórcio da Fundação Perseu Abramo, do PT, e a Fundação Chile 21, ligada ao PSCh. Já se pode falar, portanto, em uma verdadeira “diplomacia social-democrata latino-americana”.

¹² Anualmente, ocorre uma “Conferência da Governança Progressista”, que reúne estes “novos social-democratas”. Lula e Ricardo Lagos já estiveram presentes em edições recentes destas Conferências.

¹³ O PT também faz parte, junto de outras organizações da esquerda latino-americana, do “Foro de São Paulo”, que não conta, entretanto, com a participação do PSCh, e sim do Partido Comunista do Chile.

Para uma definição histórica da social-democracia

Dentro da história da esquerda, a social-democracia aparece como uma ala eminentemente reformista e revisionista, sem que esta classificação traga embutida em si nenhum conteúdo pejorativo. A social-democracia – desde quando Eduard Bernstein propôs-se a revisar o pensamento marxista e passou a defender que o socialismo poderia ser conquistado através de reformas no sistema capitalista – é marcada pela defesa destas reformas e também pela escolha de participar do processo democrático. Segundo Adam Przeworski (1989), a decisão de disputar eleições impôs aos partidos social-democratas a diluição do seu caráter de partido da classe operária, já que a vitória nas eleições demandaria o recebimento dos votos de integrantes de outras classes sociais. A partir daí, os social-democratas passaram a dirigir-se ao “povo”, genericamente.

A história da social-democracia pode ser dividida em fases (Fiori, 2004 e Anderson e Camiller, 1996). Na primeira delas, os social-democratas acreditavam que a revolução socialista poderia ser conseguida pelo reformismo eleitoral e defendiam programas de “nacionalização” de empresas capitalistas. A segunda fase é marcada pela “revolução keynesiana”, quando os social-democratas abandonam a pretensão da “transformação do sistema” capitalista, passando a se dedicar “unicamente à correção dos efeitos do seu funcionamento” (Przeworski, 1989, p. 58). Nesta fase, as marcas da social-democracia ficaram sendo o planejamento econômico, a busca do pleno emprego e o Estado do Bem-Estar Social. A terceira fase seria a atual, após a crise do Estado do Bem-Estar Social, quando os social-democratas teriam se renovado buscando dar uma resposta ao ideário neoliberal que se fez hegemônico no mundo desenvolvido nos anos 1980. Seria a fase da emergência da “Terceira Via”.

O mais famoso ideólogo da “Terceira Via” é o sociólogo inglês Anthony Giddens (Giddens, 1996, 2001a e 2001b) que, na segunda metade da década de 1990, procurou ditar as bases de um pensamento e de um programa político social-democrata renovado, para atender às demandas da globalização. Segundo Giddens, o socialismo – nas suas variantes comunista e *keynesiana* – caracteriza-se pelo seu “modelo cibernético” de subordinação da economia e dos cidadãos ao planejamento burocrático do Estado. No atual ambiente de globalização, a impossibilidade do “modelo cibernético” torna o socialismo um projeto esgotado. Partindo desta constatação de que não existem mais alternativas ao capitalismo, restaria à social-democracia, segundo o autor, buscar uma “terceira via” entre a “social-democracia de velho estilo” (a social-democracia *keynesiana*) e o neoliberalismo.

De acordo com Giddens¹⁴, a identidade da esquerda está na busca da

¹⁴ Seguindo o conceito formulado por Norberto Bobbio no livro “Direita e Esquerda”.

igualdade; entretanto, na sociedade globalizada, onde as identidades e projetos baseados em classes sociais perderam ressonância, a esquerda deve preocupar-se em garantir *igualdade de oportunidades* para os cidadãos na economia de mercado: “a esquerda deve se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento social” (Giddens, 2001b, p. 42). As novas demandas políticas “pós-materialistas” (como a questão ecológica e os direitos humanos) que marcam as sociedades democráticas atuais devem levar a esquerda para o *centro* do espectro político, sem que este movimento signifique uma opção pela moderação de posições, mas sim que as aspirações efetivamente radicais da sociedade global não se identificam mais com as aspirações socialistas, defende Giddens.

As posições da política da “terceira via”, segundo Giddens, podem ainda ser resumidas como as que seguem: a) “democratização da democracia”, introduzindo mecanismos de democracia direta na democracia representativa, com o fim de garantir transparência, descentralização e maior eficiência à administração pública, que deve se inspirar na prática administrativa do mercado; b) substituição do “Estado do Bem-Estar Social” por uma “nova economia mista”, onde a sociedade civil (partindo do princípio de que “não há direitos sem responsabilidades”) tem um papel decisivo junto ao Estado na promoção de políticas de desenvolvimento e de competitividade. O novo Estado social-democrata não deve fornecer sustento econômico direto aos cidadãos, mas estimular o surgimento de uma “cultura empresarial” e de um espírito empreendedor entre os indivíduos. A perspectiva redistributiva da social-democracia deve ser redefinida como “redistribuição de possibilidades” para os indivíduos no mercado, à qual cumpre um papel decisivo o investimento público em educação e treinamento, visto como investimento em “capital humano”; c) a nova “nação cosmopolita” deve partir do princípio de que, como os “processos globalizantes retiraram poderes das nações e os transferiram para o espaço global despolitizado” (Giddens, 2001a, p. 153), iniciativas de “soberania compartilhada” devem ser estimuladas, assim como a criação de espaços de poder e regulação global, nos padrões da ONU e da OCDE.

Dentre as várias opiniões críticas à proposta de Giddens, destacamos Oskar Lafontaine, que classifica a “modernização” proposta pela Terceira Via como um “endosso ao capitalismo global de livre mercado”, lembrando que “a esquerda deve lutar contra a intrusão do mercado e contra as inseguranças que traz consigo a economia global” (Giddens, 2001b, p. 23). Marilena Chauí (1999) lembra dos embates travados na OMC para afirmar que os Estados-nacionais ainda são relevantes no cenário político atual. Chang (2004) e Stiglitz (2003) defendem que os Estados-nacionais que têm uma participação mais ativa na regulação da economia - subvertendo a defesa do “livre-mercado” que o discurso da globalização traz embutido e optando por medidas como o controle de

capitais, ao contrário das recomendações do FMI e do Banco Mundial - são os que vêm tendo maior sucesso na promoção do desenvolvimento no capitalismo global, destacando os exemplos da China, da Índia e da Malásia.

Este artigo demanda um outro questionamento teórico: como situar o modelo de partido social-democrata renovado de acordo com a “terceira via” nas discussões teóricas sobre os partidos políticos? Partindo do princípio de que uma nova orientação ideológica traz consigo a necessidade de um novo modelo de partido, acreditamos que o modelo de “partido de massas” de Duverger (1970), construído a partir da observação dos partidos de esquerda europeus da primeira metade do século XX, não responde totalmente às necessidades de teorização do partido social-democrata contemporâneo. Neste partido, não se reconhecem o forte conteúdo ideológico, o rigor quanto à filiação de novos membros nem o financiamento exclusivo a partir das contribuições dos filiados, elementos que estão presentes no “partido de massas” de Duverger. Também não podemos conceituar os partidos social-democratas atuais como “partidos anti-sistema”, seguindo a definição de Sartori (1982). Ao contrário, partidos social-democratas tais como o PSCh e o PT de hoje em dia são “partidos da ordem”, adaptados ao sistema político do qual fazem parte. A nosso ver, a teoria mais apropriada a este novo partido social-democrata seria o modelo de “partido *catch all*”, elaborado por Otto Kircheimer (1966).

Para Kircheimer, os partidos social-democratas da Europa Ocidental, ainda nos anos 1960, teriam abandonado a sua constituição original como “partidos de massas” – com um componente ideológico muito forte e uma identificação evidente com a classe operária – e assumido uma nova definição organizativa como “partidos *catch all*” em virtude da ampliação das democracias de massas no pós-guerra. Os “partidos de massas” seriam fruto de uma época onde havia claras fronteiras entre as classes sociais; a massificação da democracia, com o surgimento de cenários eleitorais altamente competitivos, tornou mais evidenciada a necessidade dos partidos social-democratas se dirigirem a diversos grupos sociais, daí a sua conversão em “partidos *catch all*”. Com esta conversão, os partidos social-democratas experimentam as seguintes mudanças: a) redução da sua carga de conteúdo ideológico; b) fortalecimento do seu núcleo dirigente; c) diminuição do papel do militante individual; d) perda do caráter de classe ou da identificação com um grupo social específico, visando atingir o eleitorado como um todo; e) abertura indiscriminada das fileiras partidárias para variados grupos sociais ou de interesses.

O “partido *catch all*” é um partido interessado no sucesso eleitoral imediato, onde a tarefa política de curto prazo e o pragmatismo político sobrepõem-se aos princípios ideológicos. Objetivando atrair o voto de vários segmentos do eleitorado, o “partido *catch all*” apresenta um programa político generalizante o suficiente para servir de consenso entre grupos sociais ou grupos de interesses

divergentes, conferindo muita importância, por isso, ao *marketing* eleitoral. Assim, ao contrário dos “partidos de massas”, os “partidos *catch all*” rejeitam uma identificação muito forte com um grupo de interesse particular – como uma central sindical, por exemplo – haja vista que esta identificação poderia afastar eleitores mais próximos de outros grupos de interesses. O “partido *catch all*”, também inversamente ao “partido de massas”, busca o consenso, e não o confronto de interesses ou ideologias. O fenômeno de conversão de “partidos de massas” em “partidos *catch all*” representa, finalmente, um movimento de *desideologização* destes partidos.

Conclusão

Gostaríamos de concluir falando de um teórico clássico da ciência política que, no início do século passado, fez um estudo sobre o Partido Social Democrata Alemão, Robert Michels. Acreditamos que o modelo oligárquico de Michels (1982) – apesar de questionável, se a sua “lei de ferro das oligarquias” for encarada como a “necessidade da história” definida pelo autor, um fundador da chamada “teoria das elites” -, traz elementos importantes para pensar os modernos partidos social-democratas. Michels ressalva, com muita pertinência e atualidade, que a tendência de burocratização dos partidos políticos leva ao surgimento de uma elite dirigente que controla o partido à distância das bases, com interesses próprios e disposta a fazer concessões – sobretudo concessões programáticas – para manterem seu poder.

Esta interpretação de Michels nos fornece elementos muito relevantes para a explicação da crise política vivenciada pelo PT em 2005. Distanciada das bases partidárias, e encastelada em escritórios e hotéis cada vez mais luxuosos, a alta cúpula dirigente do PT lançou-se, em 2003 e 2004, numa busca obstinada de captação de recursos ilegais para o financiamento das atividades do seu partido e dos partidos aliados. A grande preocupação destes dirigentes, mais do que tudo, era montar uma estrutura burocrático-financeira que pudesse sustentar o seu partido no poder e que, além disso, também lhes permitisse continuar na direção do partido por muitos anos. Afinal, para estas pessoas, a chegada à Executiva Nacional do PT representou também uma ascensão pessoal para estratos mais elevados da sociedade brasileira. Ou, como diz Michels, esta burocracia partidária passou a constituir interesses próprios e distintos não só dos interesses de classe da maioria da base partidária, como também diferentes dos seus próprios interesses pessoais, da época em que não eram burocratas do partido.

Da mesma forma, preocupados com a racionalidade econômica e com a *realpolitik*, dirigentes do PT no Executivo e no Legislativo construíram políticas macro-econômicas e alianças partidário-parlamentares que não estavam em

consonância com as demandas das suas bases social e partidária. No caso do PT, a existência de eleições diretas para a renovação das elites dirigentes possibilitou que as bases partidárias dessem sua resposta no Processo de Eleições Diretas (PED) de 2005, que pôs fim ao antigo “Campo Majoritário”, e possibilitou que o XIII Encontro Nacional do PT aprovasse documentos com o teor crítico à política macro-econômica do governo Lula, como já vimos.

Um eventual aprofundamento das políticas macro-econômicas ortodoxas pelos governos do PSCh e do PT podem ser decisivos, a nosso juízo, para pôr em questionamento o próprio caráter de esquerda destes partidos. Como afirma o sociólogo chileno Manuel Antonio Garretón,

...la izquierda debiera aportar la crítica ética e histórica permanente al capitalismo, adaptada a cada circunstancia, buscando superar sus contradicciones, explotaciones y desigualdades. (...) Esto permite formarse un juicio respecto de las nuevas posiciones o propuestas para la izquierda que provienen de las sociedades más desarrolladas, y que han cristalizado en lo que se llama la «tercera vía», «progresismo» u otras denominaciones. (...) el posible acierto publicitario o convocador de tercera vía o progresismo, no encuentra expresión clara ni en actores sociales ni en políticas concretas que oponer al neoliberalismo o que, si se quisiera, puedan ser superiores a las políticas socialdemócratas. pero obviamente no (...) puede identificarse con un proyecto de izquierda (Garretón, 2005, p. 170-171).

Resta ao PT e ao PSCh, bem como aos seus respectivos governos, fazer a escolha sobre o espaço que desejam ocupar no cenário político-partidário dos seus respectivos países: ou se reafirmam como um instrumento de transformação da sociedade capitalista, sem por isso abrir mão da renovação e do questionamento permanente da sua ideologia; ou se transformam definitivamente em mais um partido preocupado com a administração do capitalismo, abrindo mão, assim, da sua identidade de esquerda.

Referências

- ANDERSON, P. & CAMILLER, P. (1996). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BREVE, Nelson. (2004). “Estado precisa investir, no mínimo, 3% do PIB”, diz Dirceu. Agência Carta Maior. Capturado da internet em 07 de agosto de 2004, no sítio http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia.asp?id=2152&cd_editoria=003&coluna=reportagens
- CASTAÑEDA, Jorge G. (1994). *Utopia Desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHANG, Ha-Joon. (2004). *Cbutando a Escada*. São Paulo: Unesp.
- CHAUÍ, Marilena. (1999). Fantasias da Terceira Via. *Folha de São Paulo*. 19/12/1999.
- DUARTE, Patricia. (2006). Superávit primário de 2005 foi o maior desde 94, mas insuficiente para gastos com juros. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 30/01/2006.
- DUVERGER, Maurice. (1970). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FIORI, José Luís. (2004). O quebra-cabeça da esquerda. *Jornal Correio Braziliense*. Brasília, 16/05/2004, p. 21.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. (1989). La oposición política partidaria en el regimen militar chileno: un processo de aprendizaje para la transición. In CAVAROZZI, Marcelo & GARRETÓN, M. A. *Muerte y Resurrección. Los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones em el Cono Sur*. Santiago: FLACSO. Pp. 397-465.
- _____. (2005). Reflexiones en torno de la(s) izquierda(s) chilena(s) y el proyecto de país. *Revista Nueva Sociedad*. N° 197. Maio-junho de 2005. Fundação Friedrich Ebert. Buenos Aires.
- GIDDENS, Anthony. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp.
- _____. (2001a). *A Terceira Via*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2001b). *A Terceira Via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. (2005). *Revista Brasil - Ano III*. Edição n° 6.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1975). *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária/Edusp.
- KIRSCHEIMER, Otto. (1966). The transformation of the western european party systems. In LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. (Orgs.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press. Pp. 177 – 200.
- LABRA, Maria Eliana. (1990). Chile 1989: o arco-íris da transição à democracia. *Série Estudos*. N° 78. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- LAGOS, Ricardo. (2004). A View from the South. Londres: Conferência da Governança Progressista, 2003. Capturado da internet em 25/03/2004 no sítio <http://www.policy-network.net/php/article.php?sid=5&aid=170>
- _____. (2002). Interview on PBS. Capturado da internet em 25/03/2004 no sítio <http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/miniextlo/intricaradolagos.html>
- LULA DA SILVA, Luís Inácio. (2002). Carta ao povo brasileiro. 22 de junho de 2002. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pt.org.br.
- MAINWARING, Scott P. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV.
- MAINWARING, S., MENEGUELLO, R. & POWER, T. (2000). *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.

- MANTEGA, Guido. (2006). Mudança de foco. Entrevista a Luiz Gonzaga Belluzzo e Márcia Pinheiro. *Revista Carta Capital*. Ano XII. Nº 392, 10/05/2006. Pp. 32-34.
- MARTNER, Gonzalo. (2004). El PS aprendió de la ‘derrota’ que sufrió en 1973. Capturado da internet em 22 de agosto de 2004, no sítio <http://www.ps.org.uy>.
- MENEGUELLO, Rachel. (1989). *PT – A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MICHELS, Robert. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, Unb.
- MIRES, Fernando. (2006). *¿Puede un empresario ser de izquierda?* Revista *Nueva Sociedad*. Nº 202. Março-abril. Fundação Friedrich Ebert. Buenos Aires.
- NAVIA, Patricio. (2006). La izquierda de Lagos vs. la izquierda de Chávez. Revista *Foreign Affairs En Español*. Vol. 6, Nº 2. Abril-Junho.
- PALLOCI, Antônio & MEIRELLES, Henrique. (2004). Primeira revisão do acordo com o FMI. Capturado da internet em 05 de julho, no sítio www.fazenda.gov.br.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1979). *Resoluções de Encontros e Congressos. 1979 – 1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2006a). Projeto de Resolução Conjuntura, tática e política de alianças. XIII Encontro Nacional do PT. São Paulo, abril de 2006.
- _____. (2006b). Diretrizes para a elaboração do programa de governo do Partido dos Trabalhadores - Eleição presidencial de 2006. XIII Encontro Nacional do PT. São Paulo, abril 2006.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES et. al. (2002). Programa de Governo 2002. Capturado da internet em 21/07/ 2004, no sítio www.pt.org.br.
- PARTIDO SOCIALISTA DE CHILE. (2002). *Resoluciones del Conferencia Nacional de Organización 2002*. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pschile.cl
- _____. (2006). *Vigencia y actualidad del socialismo en el siglo 21. Orientaciones programáticas para un nuevo ciclo político*. Capturado da internet em 05 de maio de 2006, no sítio www.pschile.cl/pschilea
- PAULA, João Antônio de (Org.). (2003). *A economia política da Mudança*. Belo Horizonte: Autêntica.
- PETKOFF, Teodoro. (2005). Las dos izquierdas. Revista *Nueva Sociedad*. Nº 197. Maio-junho. Fundação Friedrich Ebert. Buenos Aires.
- PNUD. (2004). *La democracia en América Latina: hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PUTNAM, Robert. (2005). *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna*. 4 ed. São Paulo: FGV.
- SADER, Emir. (2003). *A Vingança da História*. São Paulo: Boitempo.
- SARTORI, Giovanni. (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Unb.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- SOARES, L. T. R., SADER, E., GENTILI, Rafael & BENJAMIN, César. (2004). *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo.
- STIGLITZ, Joseph E. (2003). *A globalização e seus malefícios*. 4 ed. São Paulo: Futura.
- URETA, Carlos M. et al. (2002). Partido Socialista: en la crisis de la transición. Documento para discussão interna ao PSCh. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pschile.cl

VALENZUELA, J. Samuel. (1995). *The origins and transformations of the chilean party system*. Working Paper n° 215. Notre Dame: Kellogg Institute, December.

VELÁSQUES, Julio P. *et al.* (2002). *Apuntes para una reflexión interna*. Documento para discussão interna ao PSCh. Capturado da internet em 21/07/2004, no sítio www.pschile.cl

WEBER, Max. (1999). Conceito e natureza dos partidos *In* WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1. Brasília: Unb; São Paulo: Imprensa Oficial.

RESUMO

O Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e o Partido Socialista (PSCH) no Chile: a nova face da social-democracia latino-americana

Este artigo tem como objeto as transformações ideológicas pelas quais vêm passando o Partido Socialista do Chile e o brasileiro Partido dos Trabalhadores. Suas participações nos governos dos seus respectivos países – experimentando uma combinação de ortodoxia econômica com gastos públicos elevados nas áreas sociais - são particularmente analisadas, focando no seu impacto sobre a identidade destes partidos.

Palavras-chave: partidos políticos; esquerda; América Latina

ABSTRACT

The Workers Party (PT) in Brazil and The Socialist Party (PSCH) in Chile: The new face of Latin American Social Democracy

The objective of this article is to discuss the ideological transformations that the Chilean Socialist Party and the Brazilian Workers' Party have been going through in recent years. It is particularly analyzed the participation of these parties in their respective countries government, where they try a combination of economic orthodoxy with expensive public expenses in social areas. In addition, we will focus on the impact of such actions on these parties identity.

Keywords: political parties; left; Latin America

Recebido para apreciação: fevereiro de 2006

Aprovado para publicação: abril de 2006